



FUNDAÇÃO FLORESTAL



Colégio
M0001

Sala
0001

Ordem
0001

Agosto/2026

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
FUNDAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DE SÃO PAULO
Concurso Público para o Provimento de Cargos de
Analista de Gestão – Pedagogia

Nome do Candidato _____
Caderno de Prova '09', Tipo 003

Nº de Inscrição _____
MODELO

Nº do Caderno _____
TIPO-003

Nº do Documento _____
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O desenvolvimento sustentável une a proteção da natureza e o bem-estar das pessoas para garantir um futuro para todos.

- Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo, se contém 50 questões numeradas de 1 a 50 e se contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: **A** ● **C** ○ **D** ○ **E** ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar, nem qualquer espécie de aparelho eletrônico.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, no espaço apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 4, baseie-se no texto abaixo.

*Eu vou andando pelo mundo como posso
E me refaço em cada passo dado
Eu faço o que devo, e acho
Não me encaixo em nada
Não me encaixo, em nada*

*Presto atenção nas dores
E choro canções
Da boca da noite
Ao mais tardar das horas
Pensamento meu viaja
Até o amanhecer*

*Quem é que vai ser acalanto agora?
Agora?
Agora, que eu não sinto nada mais
E nada faz sentido*

*Vou fingindo que não presta
Eu não presto
E quero fazer festa no teu corpo
Lento
Deixa*

(LUNA, Luedji. **Acalanto**. 2017)

1. A reescrita que preserve com maior precisão o sentido de *Agora, que eu não sinto nada mais / E nada faz sentido* é:
 - (A) Agora mesmo, embora vazio, algum nexo ainda se sustenta.
 - (B) No presente, sem reconhecer emoção, a vida parece explicada.
 - (C) Nesta hora, com afetos contidos, o mundo perde nitidez.
 - (D) Neste momento, sem sentir coisa alguma, tudo perde sentido.
 - (E) Neste instante, sem qualquer abalo, perco apenas o rumo.
2. Na progressão dos versos, a voz lírica é construída por uma tensão entre
 - (A) testemunho, reflexão e observação externa.
 - (B) memória, repouso e pertencimento social.
 - (C) errância, recomposição e inadequação afetiva.
 - (D) emoção, equilíbrio e registro objetivo.
 - (E) celebração, plenitude e confiança amorosa.
3. Em *me refaço* e *me encaixo*, o pronome átono contribui para
 - (A) introduzir explicação em forma de aposto.
 - (B) marcar processo centrado no próprio sujeito.
 - (C) indicar posse de elemento externo ao eu.
 - (D) retomar interlocutor referido antes.
 - (E) substituir termo espacial antecedente.
4. Na reescrita de *Presto atenção nas dores*, a forma adequada é: Presto atenção
 - (A) há dores.
 - (B) á dores.
 - (C) as dores.
 - (D) à dores.
 - (E) às dores.



Atenção: Para responder às questões de números 5 a 8, baseie-se no texto abaixo.

A voz do chão

Eu os conheço a todos. Reconheço-os pelas pisadas e por elas sei de seus humores, de seus sentimentos, de suas urgências, preguiças, de seu contentamento ou aflição. Sei de sua grandeza e mesquinhez. Leio seus passos quando apenas roçam minhas lajes em corridas alegres de pés pequenos ou quando me oprimem com o peso de vidas inteiras. Foi seu tropel incessante que me despertou do meu sono de pedra. Só eu os conheço a todos porque só eu estou sempre neles como eles estão em mim. Eles me criaram e agora eu os crio. Quero-os como são porque quando eles deixarem de ser, tampouco eu serei. Não os posso fazer como eu os quisera, sempre formosos, felizes, generosos e livres, mas como mãe os crio, tais quais me vieram, acolho-os. Sou seu chão. Vejo tudo e não os julgo, sei apenas que são humanos e me comovem. Pela linguagem de seus pés, vou desenleando suas histórias uma a uma. Vivem eles mesmos, a vida toda, a narrar, narrar-se, passado, presente e futuro. Meus ouvidos de terra, pedra e cal ouvem, aprendo. Creio ter compreendido que nisto consiste poderem ser narrados, cada um deles, como uma história.

(Adaptado de: REZENDE, Maria Valéria. **Vasto Mundo**. 2016)

5. No período *Quero-os como são porque quando eles deixarem de ser, tampouco eu serei*, os conectivos *como*, *porque* e *quando* articulam
- (A) consequência, proporção e adição coordenada.
 - (B) conformidade, explicação causal e projeção temporal.
 - (C) concessão, conclusão e enumeração nominal.
 - (D) oposição, finalidade e retificação.
 - (E) condição, alternância simples e restrição adjetiva.
-
6. Considerando a correlação entre *A voz do chão* e o desenvolvimento do texto, o título
- (A) atribui ao chão a condição de sujeito narrador, que escuta, interpreta e recompõe as histórias humanas a partir dos passos.
 - (B) indica uma memória material do espaço, sem relação afetiva entre o chão e os sujeitos observados.
 - (C) anuncia uma voz coletiva dos passantes, que relatam diretamente suas experiências ao longo das lajes.
 - (D) destaca a sonoridade dos deslocamentos, restringindo o chão à função de suporte físico dos passos.
 - (E) sugere um paradoxo, embora o texto mantenha o chão como cenário neutro das ações humanas.
-
7. Na construção *mas como mãe os crio*, a comparação contribui para
- (A) associar o chão a uma forma de cuidado sem idealização.
 - (B) substituir a cidade por uma família harmoniosa.
 - (C) reduzir o chão a cenário físico sem função afetiva.
 - (D) marcar inferioridade moral diante dos passantes.
 - (E) transformar os humanos em filhos disciplinados.
-
8. A expressão *linguagem de seus pés* produz sentido conotativo porque
- (A) substitui a narração por registro médico do corpo.
 - (B) identifica o chão como parte do corpo humano.
 - (C) converte pisadas em sinais capazes de narrar histórias.
 - (D) reduz os passos a movimentos corporais neutros.
 - (E) descreve ruídos por critérios técnicos de acústica.



Atenção: Para responder às questões de números 9 a 12, baseie-se no texto abaixo.

A verdade e a percepção foram sempre irmãs desavindas. De vez em quando alinham e entendem-se, mas a maior parte das vezes cada uma anda para seu lado. Tendemos, individualmente e como sociedade, a enganar-nos e a iludir-nos. Apesar das evidências nos contrariarem, insistimos em estar errados sobre muita coisa. A forma como percebemos o mundo é, muitas vezes, bastante distante do que mostram os fatos, os números, os estudos e os especialistas. Isso tem impactos enormes nas nossas vidas pessoais e também na vida coletiva. Como mamíferos, estamos desenhados com um lobo pré-frontal, o "diretor-executivo" da mente, pequeno, enquanto a glândula que segrega a adrenalina, o nosso sistema de alarme, é bastante grande. Os mecanismos de defesa primitivos foram vitais durante milênios para a reação de "luta ou fuga". Hoje continuam a ajudar-nos, claro, mas também nos causam problemas. Alimentam um sistema gerador de ilusões. O investigador social Bobby Duffy trabalhou sobre este tema num magnífico livro chamado "Os Perigos da Percepção". Nele descreve que somos receptores do que nos dizem os meios de comunicação social e as redes sociais, mas o modo como pensamos está toldado por muitos atalhos mentais errôneos. Não conseguimos mudar o desenho do nosso cérebro. Mas podemos, pelo menos, saber como ele funciona para não nos deixarmos enganar ou manipular tão facilmente. Seja nas redes sociais ou por pessoas à nossa volta.

(Adaptado de: ANJOS, Mafalda. Seis vieses que alimentam percepções erradas. **Folha de São Paulo**, 21 de junho de 2026)

9. A metáfora presente em *A verdade e a percepção foram sempre irmãs desavindas* sugere, a respeito dessas duas noções, que elas
- (A) dependem da vontade individual para se ajustarem de modo estável.
 - (B) coincidem quando fatos, números, estudos e especialistas são apresentados.
 - (C) ocupam campos independentes, sem relação direta com a experiência humana.
 - (D) anulam-se mutuamente na formação dos juízos individuais e coletivos.
 - (E) mantêm proximidade conceitual, embora frequentemente entrem em desacordo.
10. O texto se organiza em torno da ideia de que:
- (A) compreender as pessoas substitui o estudo do funcionamento mental.
 - (B) evitar redes sociais basta para impedir formas de engano.
 - (C) alterar a estrutura cerebral permite controlar influências externas.
 - (D) conhecer mecanismos cognitivos pode reduzir formas de manipulação.
 - (E) conviver com outras pessoas elimina a autonomia individual.
11. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Não se tratam apenas de opiniões divergentes, mas de estratégias persuasivas.
 - (B) A exposição constante às redes sociais favorecem julgamentos apressados.
 - (C) Conhecer os próprios vieses ajuda a reduzir formas de manipulação.
 - (D) Devem existir, em cada escolha cotidiana, algum tipo de influência externa.
 - (E) O debate, a persuasão e o convencimento faz parte da vida pública.
12. Considerando as formas de incorporação de vozes no texto, identifica-se discurso indireto em:
- (A) O investigador descreve que somos receptores do que nos dizem os meios de comunicação social e as redes sociais.
 - (B) Não conseguimos mudar o desenho do nosso cérebro, mas podemos compreender seu funcionamento.
 - (C) Bobby Duffy trabalhou sobre este tema num magnífico livro chamado "Os Perigos da Percepção".
 - (D) Os mecanismos de defesa primitivos foram vitais durante milênios para a reação de "luta ou fuga".
 - (E) A verdade e a percepção foram sempre irmãs desavindas, ainda que por vezes se alinham.

Raciocínio Lógico-Matemático

13. Uma loja de roupas comprou um lote de casacos diretamente da fábrica por um custo unitário de R\$ 120,00. Para cobrir impostos e custos operacionais, o gerente aumentou o preço de custo em 40%, gerando o preço de etiqueta. Durante uma liquidação de inverno, o gerente decidiu anunciar esses casacos com um desconto de 10% sobre o preço de etiqueta. Mesmo com o desconto aplicado, o lucro bruto real obtido pela loja na venda de cada casaco é, em R\$, de
- (A) 51,20.
 - (B) 43,20.
 - (C) 36,00.
 - (D) 31,20.
 - (E) 48,00.
14. Para realizar a manutenção preventiva na rede elétrica de um condomínio, uma equipe composta por 6 eletricitistas, todos com a mesma produtividade, leva exatamente 10 horas de trabalho. Se o condomínio contratasse mais 2 eletricitistas, com essa mesma produtividade, para ajudar na execução desde o início, o tempo total para concluir a mesma manutenção seria reduzido em
- (A) 4 horas e 30 minutos.
 - (B) 2 horas e 30 minutos.
 - (C) 3 horas e 00 minutos.
 - (D) 8 horas e 00 minutos.
 - (E) 7 horas e 30 minutos.



15. Dois candidatos, Alex e Bruno, disputam a última vaga de um concurso público. O critério de desempate será a regularidade das notas nas 4 provas realizadas. As notas de Alex foram 7, 8, 7 e 10. As notas de Bruno foram 6, 9, 8 e 9. Ambos obtiveram a mesma média aritmética (8,0).
- Para decidir quem foi mais regular, a banca calculou o desvio padrão de cada um. Sabendo que o candidato mais regular é aquele com o menor desvio padrão,
- (A) Alex venceu, pois seu desvio padrão é 1 e o de Bruno é $\sqrt{1,5}$.
(B) houve empate, pois ambos possuem a mesma variância.
(C) Bruno venceu, pois seu desvio padrão é $\sqrt{1,5}$ e o de Alex é $\sqrt{1,75}$.
(D) Bruno venceu, pois sua variância é 1,5 e a de Alex é 2,0.
(E) Bruno venceu, pois seu desvio padrão é $\sqrt{1,5}$ e o de Alex é $\sqrt{2,5}$.
-
16. Um produtor rural colheu um lote de 1.000 kg de grãos de soja fresca. No momento da colheita, o lote apresentava um teor de umidade equivalente a 99% do seu peso total. Após passar alguns dias secando ao sol, em um galpão, parte da água evaporou, e o teor de umidade caiu para 98% do peso total do lote. Considerando que a massa de matéria seca (soja pura, sem água) permaneceu inalterada, o peso total final do lote após a secagem passou a ser, em kg, de
- (A) 990.
(B) 490.
(C) 980.
(D) 750.
(E) 500.
-
17. Em uma fábrica de calçados, o custo de produção de um lote de sapatos é diretamente proporcional ao quadrado do número de artesãos trabalhando na confecção e inversamente proporcional ao número de máquinas automáticas auxiliares disponíveis. Quando operando com 4 artesãos e 2 máquinas, o custo de um lote é de R\$ 2.400,00. Se a fábrica alterar sua estrutura para 6 artesãos e 9 máquinas, o custo de produção desse mesmo lote passará a ser, em R\$, de
- (A) 5.400,00.
(B) 1.600,00.
(C) 1.200,00.
(D) 2.700,00.
(E) 3.600,00.
-
18. Um astrônomo concluiu seu bacharelado aos 19 anos e, logo em seguida, passou a décima parte de sua vida trabalhando em observatórios isolados no deserto. Depois disso, dedicou a metade de sua vida a liderar missões de exploração espacial. Seus anos de aposentadoria, que corresponderam a $\frac{1}{5}$ de sua vida, foram dedicados a escrever livros de ficção científica. Esse astrônomo viveu por
- (A) 95 anos.
(B) 99 anos.
(C) 90 anos.
(D) 105 anos.
(E) 100 anos.
-
19. Considere a sequência lógica de pares numéricos cujos primeiros termos são apresentados a seguir:
- (3, 7); (5, 11); (9, 19); (17, 35); (33, 67); ...
- Mantendo-se o mesmo padrão ou lei de formação para os termos subsequentes, a soma dos dois componentes do 7º par dessa sequência é igual a
- (A) 412.
(B) 393.
(C) 231.
(D) 388.
(E) 195.
-
20. Um alvo possui apenas as pontuações 5 e 7. Podendo lançar quantas flechas quiser, a maior pontuação impossível de alcançar é
- (A) 26.
(B) 29.
(C) 18.
(D) 33.
(E) 23.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. As Escolas de Gestão no âmbito da Administração Pública
- (A) são instituições privadas de educação superior vocacionadas a formar para a Administração criativa.
 - (B) são unidades descentralizadas das Escolas de Governo com idêntico escopo e público-alvo.
 - (C) destinam-se à formação continuada, ao desenvolvimento institucional e à qualificação técnica dos profissionais.
 - (D) habilitam servidores e profissionais a assumirem cargos de gestão e comando na estrutura do Estado.
 - (E) destinam-se à formação de gestores detentores de altos cargos públicos no comando na administração pública.
-
22. O Art. 2º da Lei Federal nº 9.795/1999 afirma que a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional. Essa política nacional
- (A) de educação ambiental deve ser implantada como disciplina específica no currículo do ensino formal e informal, admitindo-se a formação à distância.
 - (B) é responsabilidade da educação escolar, pois trata de conteúdos relacionados a ciências durante a primeira infância, para o desenvolvimento de respeito e amor à natureza.
 - (C) está materializada nos conteúdos prescritos pela BNCC e BNC de Formação Inicial e Continuada de Professores, respondendo às demandas apontadas na Lei.
 - (D) destina-se a todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive a educação das comunidades, objetivando capacitá-las para participação ativa na defesa do meio ambiente.
 - (E) não modifica hábitos e atitudes diante do meio ambiente por dependerem da cultura do povo e de cada comunidade, vinculada ao poder aquisitivo das classes sociais.
-
23. A Lei Federal nº 14.926/2024, que altera a Lei Federal nº 9.795/1999, insere nos currículos da educação formal os temas
- (A) que transformam as pessoas em amigas do meio ambiente, cientes de seus deveres no ecossistema.
 - (B) mudanças climáticas, proteção à biodiversidade, riscos e vulnerabilidade a desastres socioambientais.
 - (C) ética ambiental, intergeracional, crítica ao excesso de consumo e efeitos da obsolescência programada.
 - (D) modelos econômicos e práticas que degradam seletivamente ambientes naturais.
 - (E) responsabilidade global, regional, local e familiar pela deterioração do meio natural.
-
24. A educação Ambiental ocorre em diferentes espaços e de diferentes modos na educação Formal, Informal e Não Formal. Considerando as duas últimas:
- (A) São denominações equivalentes para descrever os mesmos processos de aprendizagem e fins idênticos ao longo da vida.
 - (B) São idênticas e se desenvolvem na consolidação de hábitos implantados por treinamentos e projetos espontâneos das comunidades.
 - (C) Ambas são desenvolvidas através do mesmo processo no compartilhamento de experiências do cotidiano dos sujeitos.
 - (D) Quando a educação formal conduz com rigor e qualidade o ensino, tornam-se dispensáveis.
 - (E) A educação não formal prevê compartilhamento de experiências e tem como finalidade proporcionar conhecimentos.
-
25. As Escolas de Governo destinam-se
- (A) à formação, ao aperfeiçoamento e à profissionalização de agentes públicos.
 - (B) ao treinamento e desenvolvimento de funcionários para fins de progressão salarial.
 - (C) ao aperfeiçoamento na pós-graduação em Administração e produção de conhecimento.
 - (D) à formação de quadros aptos para o mercado de trabalho e criação de novos produtos.
 - (E) ao suporte para o aprimoramento das legislações e revisão das burocracias estatais.



26. A educação corporativa utiliza para avaliação de cursos e programas de capacitação o modelo desenvolvido por Donald Kirkpatrick. Este modelo envolve quatro níveis de avaliação: reação, aprendizagem, comportamento e resultados. Tal modelo de avaliação ocorre
- (A) em momentos variados ao longo e após a capacitação.
 - (B) por evidências da aprendizagem durante a capacitação.
 - (C) ao final por testes e manifestação de satisfação.
 - (D) no início e ao final da capacitação de forma participativa.
 - (E) em cada módulo da capacitação por meio de enquetes.

27. *A gestão do conhecimento (GC) tem sido vista como um recurso das organizações para manter sua competitividade. É um processo que viabiliza o fluxo do conhecimento entre pessoas e grupos nas empresas, descrito como uma sequência de quatro grandes etapas: aquisição (absorção do conhecimento), armazenamento (identificação e localização do conhecimento), distribuição (aprendizagem em todos os níveis da empresa) e utilização (busca de melhores práticas) do conhecimento.*

(ENAP, 2022)

O trecho acima descreve um modelo de gestão do conhecimento nas organizações como recurso para a manutenção da competitividade. Considerando a eficiência esperada das organizações públicas na entrega de serviços de qualidade destinados à população e à sociedade, tal modelo

- (A) demandaria ajustes e flexibilização na legislação para uma autogestão necessária nas instituições públicas.
 - (B) valoriza o conhecimento tácito das pessoas e grupos como ativos da organização para a realização de suas finalidades.
 - (C) não se aplica, uma vez que o setor público não participa dessa competitividade do mercado.
 - (D) é inviabilizado no setor público pela burocracia, que proíbe a participação dos servidores em decisões.
 - (E) é uma prática consolidada na gestão democrática das instituições públicas, praticada desde a C.F. de 1988.
28. A profissionalização e o desenvolvimento de competências nas instituições públicas
- (A) ocorrem ao longo do tempo e são dependentes dos incentivos financeiros ao colaborador.
 - (B) devem estar centradas no treinamento voltado à execução de tarefas operacionais.
 - (C) exigem processos de seleção rígidos e aprimoramento da avaliação de desempenho.
 - (D) requerem uma educação profissional centrada no estímulo à autonomia e iniciativa.
 - (E) dependem dos planos de carreira e remuneração para despertar a dedicação ao trabalho.
29. Considerando a gestão do capital intelectual nas instituições públicas, eventos formativos
- (A) devem ter foco em objetivos restritos à execução de modo simplificado e operacional.
 - (B) demandam avaliação cotidiana e supervisão das entregas individuais sistematicamente.
 - (C) devem seguir o mapeamento da retenção de informações e destreza na aplicação delas.
 - (D) exigem renovação permanente de colaboradores e testagem de novas metodologias.
 - (E) permitem mapear o conhecimento tácito, experiências e habilidades presentes.
30. O planejamento educacional voltado à capacitação institucional tem por objetivo
- (A) classificar as ações das equipes de trabalho e quantificar treinamentos e cursos necessários.
 - (B) mobilizar competências profissionais necessárias às demandas do planejamento estratégico da instituição.
 - (C) atender às demandas dos profissionais, ampliando suas condições de empregabilidade.
 - (D) fornecer as bases conceituais e políticas para a elaboração do planejamento estratégico da instituição.
 - (E) instituir a missão, a filosofia e os valores adequados para o desenvolvimento da política de formação.
31. Programas de capacitação institucional
- (A) têm destinação vinculada ao plano de progressão funcional dos colaboradores.
 - (B) ofertam especialização em temática de interesse dos funcionários.
 - (C) organizam de modo articulado um conjunto de iniciativas formativas.
 - (D) destinam-se ao público beneficiado pelos serviços da instituição.
 - (E) são destinados a profissionais de instituições escolares em áreas de interesse.
32. O planejamento de projetos de capacitação envolve a confecção de um Plano de Projeto estruturado, contendo componentes básicos: Escopo, Plano de Ação e Plano de Monitoramento. São elementos pertinentes ao Plano de Ação:
- (A) coleta de dados, levantamento de demandas, matrizes de acompanhamento do aprendizado.
 - (B) definição do problema ou situação geradora, justificativa, objetivos e resultados esperados.
 - (C) desdobramento de atividades e tarefas, estimativa de prazos, de custos e recursos.
 - (D) avaliação sistemática da execução do projeto e monitoramento dos resultados alcançados.
 - (E) objetivos, fundamentação teórica, procedimentos de monitoramento e análise de risco.



33. O Programa Estadual de Educação Ambiental – ProEEA (2025) instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental – PEEA e nela prevê “capacitar gestores, agentes públicos, profissionais e Colegiados na temática da educação ambiental”. Considerando as Unidades de Conservação, a formação institucional destinada à gestão socioambiental aponta para
- (A) a necessidade de planejamento da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo de ações formativas para serem executadas pelos agentes de campo.
 - (B) a elaboração de diretrizes de educação ambiental para as escolas presentes nas Unidades de Conservação.
 - (C) a formação de brigadas populares com treinamento para populações tradicionais sobre a soberania e controle territorial na guarda do meio ambiente.
 - (D) a oferta de especialização para identificação de práticas predatórias ao meio ambiente e enquadramento legal para punição às violações.
 - (E) o desenvolvimento de programas, projetos e ações de capacitação para o domínio de práticas dialógicas e participativas.

34. *Ensinar é um processo dialógico e ativo do qual educador e educando participam, fazendo com que o educador atue como facilitador e como aquele que apoia o educando, possibilitando-lhe a construção de seu próprio saber.*

(VASCONCELOS, Brito, 2006)

Metodologia Ativa é uma concepção educativa que

- (A) exige do educador um saber acadêmico incontestável para oferecer ao estudante um curso de boa qualidade.
- (B) estimula processos de construção de ação-reflexão-ação em que o estudante tem uma postura ativa em relação ao seu aprendizado.
- (C) concebe o educador como agente transmissor de informações e conhecimentos aos educandos, estimulando a memória do educando.
- (D) torna o educando receptor de informações, tornando-o subordinado aos conhecimentos ensinados pelo educador.
- (E) considera o educando como pessoa ativa, capaz de receber e seguir respeitosamente as informações transmitidas pelo educador.

35. *O currículo está oculto por que ele não aparece no planejamento do professor.*

(SILVA, Moreira, 1997)

O Currículo Oculto

- (A) aborda o assunto central do projeto político-pedagógico do curso ministrado pelo professor.
- (B) é a aprendizagem que acontece especificamente dentro da sala de aula entre professores e alunos a cada dia em decorrência do plano de ensino.
- (C) refere-se ao currículo estabelecido pelos sistemas de ensino, expresso pelas diretrizes curriculares, objetivos e conteúdos expressos em cada área ou disciplina de estudo.
- (D) representa tudo o que os alunos aprendem diariamente em meio às várias práticas, atitudes, comportamentos, gestos, percepções, que vigoram no meio social e escolar.
- (E) é o rol de conteúdos prescritos institucionalmente pelas diretrizes político-pedagógicas em acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais.

36. *O Projeto Político Pedagógico é o resultado de uma ação articuladora de todos os envolvidos na realidade da escola e, como esforço coletivo de construção, tem como meta a concretização dos seus objetivos institucionais. É fundamental neste processo delinear claramente os limites e possibilidades das ações, bem como a adoção de um processo adequado de planejamento, garantindo com isto a participação de todos.*

(ARAÚJO, 2021)

O planejamento, qualquer que seja sua tendência, é um instrumento teórico-prático-metodológico que

- (A) estipula de forma detalhada os conteúdos a serem ensinados por cada professor.
- (B) exige a participação de especialistas da educação.
- (C) precisa, necessariamente, traduzir a realidade institucional.
- (D) deve ser definido pela coordenação do projeto.
- (E) requer legalmente a participação de um supervisor da secretaria da educação.



37. *O material didático precisa ser o condutor de um conjunto de atividades que procure levar à construção do conhecimento [...] Mais importante que apresentar os conteúdos de um curso em seu material didático é oferecer aportes teóricos e estratégias metodológicas, em uma perspectiva interativa, que motive o aluno à busca de conhecimentos e que o estimule a resolver os desafios que lhes são propostos, possibilitando, assim, o desenvolvimento de competências que permitam uma formação profissional e humanística.*

(LIMA e SANTOS, 2012)

No processo de produção de materiais didáticos, o centro das preocupações

- (A) deve ser a adoção de uma abordagem pedagógica que privilegie a capacidade de reflexão do aluno, integrando teoria e prática relacionadas a seu contexto imediato.
 - (B) é o ensino do conhecimento científico, sem considerar o conhecimento do senso comum trazido pelos alunos.
 - (C) deve ser evitar o aspecto lúdico do material que torna a aula mais leve, mas não permite um aprendizado significativo.
 - (D) é o conteúdo do material, que precisa ser homogêneo ao grupo de alunos para que todos possam aprender no mesmo ritmo e com o mesmo entendimento.
 - (E) é o vocabulário; o material pedagógico deve se limitar ao vocabulário que os alunos já conhecem, para que eles não percam o interesse pela aula.
38. *Essas metodologias aprimoram a qualidade das decisões e promovem um ambiente colaborativo, fundamental para o desenvolvimento equitativo das comunidades. Isso implica considerar e valorizar os saberes, experiências acumuladas, crenças e culturas dos indivíduos envolvidos.*

(VENDRAMETTO, Jacobi Carvalho, 2024)

O excerto acima faz referência a metodologias

- (A) tradicionais.
 - (B) liberais.
 - (C) tecnicistas.
 - (D) comportamentalistas.
 - (E) participativas.
39. *O acompanhamento escolar refere-se ao monitoramento diário das atividades de um aluno, como a realização de tarefas de casa, preparação para provas e organização do tempo [...] para garantir que as responsabilidades escolares sejam cumpridas.*
- O acompanhamento pedagógico nas fases iniciais da educação básica deve ser um processo contínuo e formativo, garantindo
- (A) avaliações somativas que definirão a aprovação ou reprovação do estudante.
 - (B) intervenções individualizadas para superar dificuldades e promover o desenvolvimento integral do estudante.
 - (C) a formação técnica do estudante, voltada ao mercado de trabalho.
 - (D) a organização dos estudos de forma disciplinada e com tempo determinado de aprendizado para cada disciplina.
 - (E) o desenvolvimento cultural dos estudantes de acordo com a cultura predominante da escola.
40. *Entende-se o ensino a distância como um sistema tecnológico de comunicação bidirecional que pode ser de massa e que substitui a interação pessoal entre professor e aluno. Então, quando se coloca a base conceitual, a gente já elimina, na educação a distância, a interação pessoal entre professor e aluno, como algo determinante, típica de uma aula como meio primordial de ensino. Nós estamos substituindo uma aula expositiva por uma nova sistemática, completamente diversa daquelas que nós tínhamos nos encontros presenciais.*

(ASSIS, Faez, 2007)

Considerando o enunciado acima, substitui-se a sala de aula tradicional por uma

- (A) educação a distância realizada por um professor especialista na temática do curso que transmite conhecimento por meio de tecnologias, sem discutir teorias.
- (B) educação a distância livre de preconceitos, pois os estudantes não precisam se expor e interagir durante as aulas.
- (C) aprendizagem lúdica e dinâmica, em que o conhecimento é transmitido de forma prazerosa e recebido pelo aluno de forma passiva.
- (D) ação educativa em que o tutor é visto como o único detentor do saber, responsável por depositar informações a serem memorizadas pelo aluno.
- (E) ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização e tutoria.



41. *O que caracteriza a revolução tecnológica atual não é o caráter central do conhecimento e da informação, mas a aplicação deste conhecimento e informação a aparatos de geração de conhecimento e processamento da informação/comunicação, em um círculo de retroalimentação acumulativa entre a inovação e seus usos. [...] A difusão da tecnologia amplifica infinitamente seu poder ao se apropriar de seus usuários e redefini-los.*

Assim, as novas tecnologias da informação

- (A) não são apenas ferramentas para aplicação, mas processos para se desenvolver.
- (B) têm como foco principal o conhecimento como uma força para o desenvolvimento da igualdade social, econômico e, em particular, intelectual da população.
- (C) seguem um modelo de educação corporativa, desenvolvendo treinamentos isolados.
- (D) têm o central objetivo de formação da elite em termos de cultura geral, e não da formação profissional.
- (E) não estão voltadas à profissionalização para todos, apenas às pessoas com ensino médio.

42. Considere as seguintes citações:

I. É o processo que envolve "a atuação concreta dos educadores no cotidiano do seu trabalho pedagógico, ações e situações, o tempo todo, envolvendo a permanente interação entre os educadores e entre os próprios educandos".

(FUSARI, 1990)

II. São documentos escritos que materializam o processo de planejamento, efetivamente comprometidos com a formação do cidadão consciente, competente e crítico, das articulações entre conteúdos, métodos, técnicas e meios de comunicação e da avaliação no ensino e aprendizagem.

(PEIXOTO e ARAÚJO, 2012)

As afirmações acima se referem, respectivamente, a

- (A) planejamento escolar e plano de curso.
- (B) plano de curso e planejamento de aula.
- (C) planejamento do ensino e planos de ensino.
- (D) projeto político pedagógico e planejamento de ensino.
- (E) planejamento escolar e projeto político pedagógico.

43. *O direito à educação e todos os aspectos que compõem esse direito: acesso à escola comum, participação nas atividades escolares e aprendizagem, devem ser vivenciados na sala de aula.*

(BOFF e MACHADO, 2024)

Isto é, uma escola inclusiva precisa se constituir, de fato, como um espaço que

- (A) valoriza a diversidade cultural dos alunos de forma democrática, organizando o processo de ensino aprendizagem por meio de material didático padronizado, oferecendo igualdade de tratamento.
- (B) inclui todos os alunos que possuem os conhecimentos e habilidades básicas para se frequentar uma escola normal.
- (C) inclui os alunos que se adaptam rigorosamente às regras escolares previstas no regimento da escolar.
- (D) incorpora a participação dos pais no atendimento à criança especial, como condição para poderem matricular a criança na escola.
- (E) acolhe as diferenças e proporciona aprendizagem independentemente das características corporais, sensoriais, intelectuais, sociais, dentre outras, dos estudantes.

44. *O pensamento reflexivo, crítico – profundo, metódico e abrangente – pode ser uma grande ajuda para que intencionemos cuidadosamente nossas noções educativas com vistas a ajudar as pessoas [...] a se tornarem cada vez melhores pessoas: pessoas "da melhor qualidade."*

(LORIERI e RIOS, 2008)

A afirmação acima trata do pensamento

- (A) semântico.
- (B) filosófico.
- (C) crítico abstrato.
- (D) indutivo.
- (E) sociológico.



45. *A defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito pela dignidade da pessoa humana. Implica o compromisso de respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, em particular os direitos das pessoas que pertencem a minorias e os dos povos autóctones (nativos ou indígenas). Ninguém pode invocar a diversidade cultural para violar os direitos humanos garantidos pelo direito internacional, nem para limitar seu alcance.*

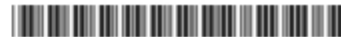
(Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, 2001)

A diversidade cultural

- (A) marca o mundo dos seres humanos; por isso o papel da educação é transmitir a cultura escolar única para que todos os alunos tenham direito aos mesmos conhecimentos.
 - (B) precisa ser trabalhada no Projeto Político Pedagógico da escola, para, assim, estruturar ações que minimizem a heterogeneidade existente.
 - (C) assinala que anatomicamente e fisiologicamente nos diferenciamos por sexo, etnia, cor de olhos etc., explicando assim as diferenças comportamentais do ser humano.
 - (D) exige que a escola encontre uma cultura ideal para ensiná-la e espalhá-la a todos os alunos de forma democrática.
 - (E) também está atrelada ao sentimento de pertencimento e aceitação da identidade de cada indivíduo que compõe um grupo.
-
46. A licença ambiental, enquanto ato administrativo complexo, não confere um direito adquirido ao empreendedor, possuindo natureza precária. A jurisprudência dos tribunais superiores consolidou um entendimento sobre os limites dessa precariedade e a eventual responsabilização do Poder Público por danos decorrentes de atividades licenciadas. Nesse contexto,
- (A) a responsabilidade do Estado-licenciador é sempre objetiva e solidária em relação a qualquer dano causado pela atividade licenciada, pois o ato de licenciar equivale a assumir o risco integral da atividade, independentemente de qualquer falha no procedimento.
 - (B) uma vez concedida a licença ambiental, o Poder Público transfere integralmente a responsabilidade por futuros danos ao empreendedor, isentando-se de qualquer obrigação, mesmo que o dano decorra de uma falha manifesta no Estudo de Impacto Ambiental que o próprio órgão aprovou.
 - (C) a natureza precária da licença ambiental permite que o órgão licenciador a revogue a qualquer tempo por mera conveniência e oportunidade, sem necessidade de processo administrativo ou de demonstração de nexo causal com novo risco ambiental, por se tratar de ato discricionário.
 - (D) a responsabilidade civil do Estado por danos ambientais decorrentes de empreendimentos licenciados é, em regra, subsidiária, mas essa responsabilidade torna-se solidária com a do empreendedor-poluidor quando se comprova que o dano é consequência direta de uma falha, omissão ou negligência do órgão no exercício de seu dever de fiscalização e controle durante o processo de licenciamento.
 - (E) a superveniência de uma norma ambiental mais restritiva não afeta as licenças já emitidas, em respeito ao ato jurídico perfeito e ao direito adquirido do empreendedor, que deve apenas se adequar às novas regras na próxima renovação da licença.
-
47. O processo administrativo para apuração de infrações ambientais no Estado de São Paulo, conduzido pela CETESB, é regido por normas específicas e a aplicação de penalidades, em especial a de multa, envolve uma análise detalhada de circunstâncias que podem modificar a sanção. Nesse contexto normativo,
- (A) caso uma infração seja classificada como 'leve', a presença de qualquer circunstância agravante, como o dolo, automaticamente a reclassifica como 'grave', aplicando-se a faixa de multas desta categoria superior.
 - (B) a condição de primariedade do infrator e a adoção de medidas para minimizar os efeitos da infração são circunstâncias atenuantes, mas sua aplicação pode ser afastada pela autoridade julgadora se a infração resultar em dano à saúde pública ou ocorrer em unidade de conservação, dada a preponderância de certas agravantes.
 - (C) a reincidência, principal circunstância agravante, somente se configura quando o infrator comete a mesma infração (reincidência específica) no período de um ano após a decisão administrativa definitiva anterior, sendo irrelevante o cometimento de infrações de natureza diversa.
 - (D) a confissão espontânea da infração pelo autuado e a imediata reparação do dano são consideradas circunstâncias atenuantes que, quando presentes, obrigam a autoridade ambiental a converter a penalidade de multa em advertência, independentemente da gravidade do fato.
 - (E) a obtenção de vantagem econômica com a prática da infração é considerada uma circunstância agravante que apenas majora o valor final da multa em um percentual fixo de 50%, não influenciando outros fatores do cálculo.



48. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) prevê instrumentos de gestão que extrapolam os limites físicos das unidades, como as zonas de amortecimento e os corredores ecológicos. Dentro desse contexto,
- (A) tanto a zona de amortecimento quanto os corredores ecológicos impõem limitações administrativas ao direito de propriedade, não implicando a perda do domínio pelo particular e tais restrições, por derivarem de obrigações gerais de proteção ambiental, em regra não conferem direito à indenização, salvo se comprovado que as limitações impostas esvaziam completamente o conteúdo econômico da propriedade.
 - (B) enquanto a zona de amortecimento gera uma servidão ambiental, que é indenizável, os corredores ecológicos geram apenas uma limitação administrativa, não indenizável, residindo a diferença no fato de que a primeira serve a uma unidade de conservação específica (bem público), e o segundo, a um interesse difuso de conectividade.
 - (C) a instituição de uma zona de amortecimento em uma propriedade privada equivale a uma desapropriação indireta, gerando para o proprietário o direito automático à indenização integral, uma vez que o imóvel passa a integrar a unidade de conservação e a ter sua função econômica esvaziada.
 - (D) os corredores ecológicos são uma categoria especial de unidade de conservação de uso sustentável e, como tal, as propriedades privadas em seu interior devem ser, obrigatoriamente, convertidas em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) para garantir a conectividade da paisagem.
 - (E) a definição de uma zona de amortecimento depende de lei específica para cada caso, sendo vedada sua criação no ato de instituição da própria unidade de conservação e, além disso, qualquer atividade econômica, inclusive as de baixo impacto, é proibida em seu interior.
49. A distribuição do ônus da prova em matéria ambiental, tanto na esfera administrativa do licenciamento quanto na judicial, é fortemente influenciada pelos princípios da precaução e da prevenção, resultando em uma dinâmica processual distinta da regra geral do Código de Processo Civil. Dessa forma,
- (A) a inversão do ônus da prova só é admitida em casos de dano ambiental já consumado, para facilitar a prova do nexo causal, sendo que em processos que visam apenas prevenir um dano futuro (tutela inibitória), como o questionamento de uma Licença Prévia, aplica-se a regra geral do Código de Processo Civil, cabendo ao autor provar o risco.
 - (B) no processo de licenciamento, o ônus do empreendedor se esgota com a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o qual, aprovado pelo órgão ambiental, prevê que qualquer questionamento futuro sobre a segurança da atividade transfere o ônus da prova para o órgão licenciador, que passa a ter o dever de defender a qualidade técnica de sua análise.
 - (C) na esfera judicial, em uma Ação Civil Pública que questiona a validade de uma licença ambiental, o ônus da prova recai integralmente sobre o autor (Ministério Público ou associação), que deve demonstrar cabalmente a incorreção dos estudos técnicos que embasaram o ato administrativo, em respeito à presunção de legitimidade dos atos da administração.
 - (D) a inversão do ônus da prova em matéria ambiental é uma faculdade do juiz, aplicável apenas na fase de sentença para formar sua convicção, não podendo ser declarada no início do processo, a fim de não gerar cerceamento de defesa ao empreendedor.
 - (E) em decorrência dos princípios da precaução e do poluidor-pagador, a jurisprudência consolidou a tese da inversão do ônus da prova, cabendo ao empreendedor, que busca exercer uma atividade potencialmente poluidora, o dever de demonstrar que sua atividade não causará degradação ilícita ou que as medidas mitigadoras são eficazes, tanto na esfera administrativa quanto na judicial.
50. O princípio do poluidor-pagador, um dos pilares da Política Nacional do Meio Ambiente, transcende a simples ideia de punição, possuindo uma complexa natureza jurídica e múltiplos desdobramentos interpretados pela doutrina e jurisprudência, sendo que
- (A) o princípio do poluidor-pagador é sinônimo do princípio do usuário-pagador, significando que apenas os usuários diretos de um recurso ambiental (como a água em uma indústria) devem arcar com os custos de sua utilização e eventual poluição, isentando outros agentes da cadeia produtiva.
 - (B) o princípio se esgota em sua dimensão reparatória, significando que, uma vez que o poluidor indenize monetariamente o dano ambiental causado, ele cumpre sua obrigação e fica isento de qualquer dever de recuperação *in natura* da área degradada.
 - (C) o princípio possui uma tríplice dimensão: preventiva, ao internalizar os custos ambientais na atividade produtiva para incentivar a não-poluição; reparatória, ao impor ao poluidor o dever de arcar com os custos da reparação integral do dano; e redistributiva, ao fazer com que o custo da poluição seja, em última análise, suportado pelos consumidores do bem ou serviço, e não pela coletividade em geral.
 - (D) o princípio do poluidor-pagador confere ao agente econômico um "direito de poluir", desde que ele pague as taxas, impostos ou compensações financeiras estabelecidas pelo Poder Público, o que o exime de cumprir os padrões de emissão e qualidade ambiental fixados em lei.
 - (E) a aplicação do princípio se restringe à responsabilidade pós-dano, sendo que custos preventivos, como a instalação de filtros e equipamentos de controle ambiental exigidos no licenciamento, não são uma expressão do princípio do poluidor-pagador, mas sim do poder de polícia geral do Estado.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais: Conforme Edital publicado, Capítulo 11 [...] 11.8 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir ao tema proposto. Em caso de fuga completa ao tema proposto, a redação não será pontuada em qualquer outro de seus aspectos, recebendo nota 0 (zero) em todos os itens do critério. b) fugir à modalidade de texto solicitada. Em caso de fuga completa ao gênero/tipo de texto solicitado, a redação não será pontuada em qualquer outro de seus aspectos, recebendo nota 0 (zero) em todos os itens do critério. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou em outra língua que não a língua portuguesa; d) apresentar formas propositais e explícitas de anulação, como impropérios e trechos jocosos, ou predominância de rasura; e) for assinada fora do local apropriado; f) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato. g) estiver em branco; h) apresentar predominantemente letra ilegível e/ou incompreensível; i) apresentar até 7 (sete) linhas escritas; j) apresentar texto idêntico ao produzido por outro candidato ou no qual se identifique cópia (em todo ou em parte) de modelos de textos prontos disponíveis para consulta em fontes de acesso público. k) apresentar texto idêntico (em todo ou em parte) ao produzido pelo mesmo candidato, ainda que em cargos diferentes; l) não atender aos requisitos definidos na grade de correção de critérios pela Banca Examinadora. 11.9 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no caderno de provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 11.9.1 O candidato deverá atentar para a folha destinada ao rascunho e a folha destinada à resposta definitiva, a fim de que não seja prejudicado. A folha para a resposta definitiva será a única válida para a avaliação da Prova Discursiva-Redação. 11.10 Na Prova Discursiva-Redação, deverá ser rigorosamente observado o limite mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova-Discursiva-Redação. 11.11 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez). 11.11.1 Considerar-se-á habilitado o candidato que tiver obtido nota igual ou superior a 6,00 (seis).

TEXTO I

Uma espécie de animal ou planta exótica é levada até um território novo, de onde ela não é natural. Nesse território ela não tem predadores e encontra alimento com facilidade. Então, essa espécie se instala e prolifera rapidamente. Nos casos mais graves, ela causa danos econômicos, modifica o ambiente e compete com as espécies nativas, que podem até ser extintas. Esse é um cenário de invasão biológica, ou bioinvasão, apontada como a segunda maior causa de perda de biodiversidade no mundo, atrás apenas do desmatamento.

Espécies exóticas são todas aquelas que não são originárias de determinado ambiente. Elas são transportadas de maneira intencional para fins como agropecuária e ornamentação, ou de maneira accidental.

Nem toda espécie exótica é invasora. Muitas delas até são transportadas, mas por incompatibilidades biológicas e ambientais não conseguem se estabelecer. Quando a espécie se adapta ao novo território e passa a representar riscos ao ecossistema nativo, então ela pode ser caracterizada como invasora.

(Disponível em: <https://jornal.usp.br>. Adaptado)

TEXTO II

No Brasil, o primeiro diagnóstico sobre espécies exóticas invasoras realizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 2005, revelou 543 espécies exóticas invasoras, incluindo espécies que afetam o meio ambiente (marinho, águas continentais e terrestre), a saúde e os sistemas produtivos (agricultura, pecuária e silvicultura). Entre as espécies registradas, destacam-se o coral-sol, nos ambientes marinhos, o mexilhão-dourado, nas águas continentais, e o javali, nos ambientes terrestres. Animais domésticos como cães e gatos são também considerados espécies exóticas invasoras quando predam ou competem com a fauna nativa em áreas naturais.

(Disponível em: <https://www.ibama.gov.br>)

Considerando as ideias presentes nos Textos I e II, redija um texto dissertativo-argumentativo, posicionando-se sobre o tema:

Os desafios da invasão biológica no Brasil.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	



15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO EScreva NESTE ESPAÇO